

## **A PRODUÇÃO INTELECTUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIROS EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS SOBRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**

### **INTELLECTUAL PRODUCTION OF BRAZILIAN GRADUATE GRADUATE PROGRAMS IN SOCIAL SCIENCES APPLIED TO THE FOOD ACQUISITION PROGRAM**

---

#### **AUTORES:**

##### **Nícolás Vitorino Lopes**

---

Graduando em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), formado em Técnico em Logística, pelo Centro Universitário FACEX (UniFacex).

##### **Moabe Santos de Souza**

---

Graduando em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), formado em Técnico em Administração pelo Instituto Tecnológico Brasileiro (ITB).

##### **Luí Borges Araújo**

---

Possui graduação em Administração pelo Centro Universitário Internacional (2018) e cursa Especialização em Gestão Pública, pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduando em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

##### **Pamela de Medeiros Brandão**

---

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia, com graduação e mestrado em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do Departamento de Administração Pública e Gestão Social (DAPGS/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP/UFRN).

## A PRODUÇÃO INTELECTUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIROS EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS SOBRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

### INTELLECTUAL PRODUCTION OF BRAZILIAN GRADUATE GRADUATE PROGRAMS IN SOCIAL SCIENCES APPLIED TO THE FOOD ACQUISITION PROGRAM

#### RESUMO

Este artigo analisa a produção intelectual dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, brasileiros, sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva com abordagem quantitativa que empregou a bibliometria para coletar e analisar trabalhos publicados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no período de 2013 a 2018. Como resultado, constatou-se que as Ciências Sociais Aplicadas ocupam o terceiro lugar entre as grandes áreas que mais publicam sobre o PAA, apresentando uma produção distribuída em todas as cinco regiões brasileiras, especialmente por meio de programas de pós-graduação das áreas de "Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo" e "Planejamento Urbano e Regional/Demografia". Evidencia-se uma predominância de trabalhos empíricos e descritivos que analisam/avaliam a implementação do PAA e seus resultados, em municípios ou em territórios específicos. Conclui que essa produção ainda se encontra em estágio embrionário, quando comparado a outras áreas de conhecimento, apontando para possibilidades de desenvolvimento de pesquisas que versem sobre segurança alimentar, a inclusão social, a redução da pobreza, emancipação dos indivíduos e dos territórios rurais

**Palavras-chave:** Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Ciências Sociais Aplicadas; Produção Intelectual.

#### ABSTRACT

This paper analyzes the intellectual production of Brazilian graduate programs in Applied Social Sciences on the Food Acquisition Program (PAA). Here, we present exploratory-descriptive research with a quantitative approach that used bibliometrics in order to collect and analyze works published in the CAPES Thesis and Dissertations Catalog, from 2013 to 2018 that focus on PAA studies. As a result, it was found that Applied Social Sciences occupy the third place among the major areas that most publish concerning PAA. In addition, they present a production distributed in all five Brazilian regions, especially through graduate programs in the areas of Public and Business Administration, Accounting and Tourism and, Urban and Regional Planning/Demography. Moreover, there is a predominance of empirical and descriptive works that evaluate the implementation of the PAA and its results, in municipalities or specific territories. We conclude that this production is still in an early stage compared to other areas of knowledge, pointing to possibilities for the development of research on food security, social inclusion, poverty reduction, the emancipation of individuals and rural territories.

**Keywords:** Food Acquisition Program (PAA); Applied Social Sciences; Intellectual Production.

No Brasil, as políticas públicas para apoio e fomento da agricultura familiar passaram a ser instituídas a partir da década de 1990 (OLIVEIRA, 2018, p.13). Em que se pese a contribuição significativa da agricultura familiar para a produção de alimentos e geração de empregos, esse setor historicamente enfrenta dificuldades requerendo a adoção de políticas públicas que estimulem a produção e a sua comercialização, mas sobretudo evidencie a importância da agricultura familiar para enfrentar desafios da sociedade brasileira, como a fome e a exclusão social.

Dentre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar destacam-se Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa de Aquisição de alimentos (PAA). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi criado pelo Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996 com a finalidade expressa no seu art. 1º de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda”, a partir do financiamento de atividades e serviços.

No entanto, mesmo diante da contribuição dessa política pública para fomentar a produção, os agricultores apresentavam dificuldades de escoar os seus produtos no mercado cada vez mais competitivo. Assim, em 2003, o governo brasileiro implantou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no âmbito do Programa Fome Zero, através do art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, criando condições mais favoráveis para solucionar o problema do escoamento dos produtos da agricultura familiar ao mesmo tempo em que estabelecia estratégias para o combate à fome.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem dentre as suas finalidades basilares – conforme Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 com alterações da Lei nº 12.512, de 2011 – o incentivo a agricultura familiar por meio do fortalecimento de circuitos e redes de comercialização, e das compras públicas voltadas para o abastecimento alimentar e o estoque público de alimentos; ao tempo em que objetiva promover o acesso à alimentação com segurança alimentar e nutricional para as pessoas em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Portanto, trata-se de uma

política pública que congrega ações estruturais e emergenciais ao fortalecer o setor da agricultura familiar e combater a fome.

No que tange ao fortalecimento da agricultura familiar, a execução do PAA, em suas distintas modalidades, possui um significativo potencial de contribuir para a produção e comercialização de alimentos, e por meio desta gerar outros resultados para a vida dos agricultores e seus territórios. As modalidades do PAA, regulamentada pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (em vigor) são: Compra com Doação Simultânea; Compra Direta; Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; Apoio à Formação de Estoques; Compra Institucional e Aquisição de Sementes.

É diante desse cenário, que se ressalta a importância de monitorar e avaliar o processo de implementação do PAA e de seus resultados. Isso porque, conforme argumenta Secchi (2013) a avaliação de políticas públicas permite julgar a validade de propostas para a ação pública, ponderando sobre o sucesso ou falha das ações implementadas. E assim, por meio desse julgamento, ter elementos que justifiquem a continuação, reestruturação marginal de aspectos práticos ou até mesmo a extinção da política pública.

Nesse direcionamento, o governo federal tem realizado balanços de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (MDS, 2010). E em 2011, objetivando dar suporte ao monitoramento, à gestão e ao planejamento do PAA, desenvolveu um Sistema Integrado de Informações (MDS, 2020). Esse Sistema, dentre outros fatores, contribuiu para a ampliação de estudos e pesquisas no âmbito de programas de Pós-Graduação brasileiros sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, com destaque na área das Ciências Sociais Aplicadas, sob a qual essa pesquisa se debruça.

Diante desse contexto, este artigo analisa produção intelectual dos programas de Pós-Graduação brasileiros em Ciências Sociais Aplicadas sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, no período de 2013 a 2018. Para tanto, adotou-se a bibliometria para investigar, avaliar e medir a produção científica sobre o PAA, por meio da coleta e análise de informações contidas em dissertações e teses publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no referido período.

Para melhor apresentar os resultados da pesquisa realizada, este artigo está dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro composto por essas considerações iniciais. O segundo capítulo apresenta-se o referencial teórico-empírico intitulado “Políticas Públicas Brasileiras no âmbito da Agricultura Familiar”. Em seguida, no capítulo três, apresentam-se os procedimentos metodológicos, onde é explicado como foi realizada a pesquisa, contendo os parâmetros utilizados na revisão bibliométrica. No quarto capítulo, intitulado “Panorama da Produção Intelectual sobre PAA nos programas de Pós-Graduação brasileiros na área das Ciências Sociais Aplicadas”, são apresentados os resultados da pesquisa. Por fim, o capítulo cinco apresenta as conclusões obtidas ao longo do processo de investigação realizada.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NO ÂMBITO DA AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas públicas, de acordo com Subirats *et al.* (2008, p. 38) podem ser operacionalmente definidas como “uma série de decisões ou de ações, intencionalmente coerentes, tomadas por diferentes atores, públicos e as vezes não públicos – cujos recursos, nexos institucionais e interesses vários – a fim de resolver de maneira pontual um problema politicamente definido como coletivo”. Para esses autores a busca pela resolução de um problema político, ou seja, uma situação da realidade social julgada politicamente como inaceitável, apresenta-se inicialmente como um dos principais elementos constitutivos de uma política pública. No entanto, esclarecem que nem todo problema social gera necessariamente políticas públicas, sendo para tal necessário além do sentir e tomar consciência de um problema social que haja um consenso entre os atores públicos e privados para que esse problema componha a agenda governamental. (SUBIRATS *et al.*, 2008, p. 38).

Assim, construção de um problema público pode ser definida segundo Lascoumes e Le Galès (2012) como um processo em que um conjunto de atores privados e públicos interage com o objetivo de influenciar a decisão e os meios de ação a serem desenvolvidos. Ou seja, com o objetivo de influenciar a elaboração de uma política pública, dado que para Meny e Thoening (1992) uma política pública é justamente a decisão, de uma autoridade pública frente a um problema ou um setor relevante de sua competência. Essas decisões são lugar a atos formais que possuem perspectivas de resolver o problema público, seja modificando a conduta de grupos sociais que, se supõe, o originaram; ou beneficiando os grupos sociais que padecem os

efeitos negativos do problema em questão. (SUBIRATS *et al.*, 2008). Desse modo a elaboração de uma política pública pressupõe a construção e a combinação de soluções para os problemas a partir do estabelecimento de objetivos que se espera alcançar por meio do emprego de métodos, programas, estratégias ou ações. (SECCHI, 2013).

É diante desse breve escopo teórico-conceitual, que se inserem as políticas públicas para a agricultura familiar, enquanto um conjunto de ações governamentais para apoiar e fomentar a agricultura familiar. Essas políticas resultam do julgamento político de que as dificuldades pela agricultura familiar são consideráveis inaceitáveis em face da importância desse segmento para o desenvolvimento e para o enfrentamento de desafios históricos da sociedade por meio da produção de alimentos e geração de empregos. Dentre os principais problemas enfrentados pelo setor da agricultura familiar encontra-se as dificuldades de produção e de comercialização.

Na busca da resolução desses problemas o governo brasileiro instituiu alguns programas, tais como: Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), objeto de análise desse estudo. O Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 com o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda”.

Trata-se de um programa de “financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas”. (BNDS, 2020). Assim objetivando a geração de renda e a melhora do uso da mão de obra familiar, esse programa destina-se a financiamento de agricultores e produtores rurais familiares, subdividindo-se nos seguintes subprogramas: Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf ECO, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Jovem e Pronaf Microcrédito. (BNDES, 2020).

Para Junqueira e Lima (2008, p. 167) o PRONAF foi resultado de conquistas sindicais de trabalhadores rurais e da expressão da organização da sociedade civil. Esses autores enfatizam que o PRONAF trouxe contribuições de grande valia para os agricultores familiares, uma vez que ela foi o pontapé inicial para políticas públicas de abrangência nacional com especificidades e dirigida para esse público. No entanto, em que se pesem essas contribuições para a melhoria de condições de produção, os

agricultores e produtores rurais familiares possuem dificuldades de escoamento e comercialização de seus produtos.

Para criar condições mais favoráveis para solucionar o problema do escoamento dos produtos da agricultura familiar, em 2003 o governo brasileiro implantou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no âmbito do Programa Fome Zero, através do art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. O programa Fome Zero emerge, num contexto societário brasileiro marcado pela pobreza e pela desigualdade social, como um conjunto de ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional. Nesse programa, o incentivo a agricultura familiar apresenta-se como uma ação fundamental para erradicar a fome, enquanto uma realidade social julgada pelo governo, à época, como inadequada especialmente considerando o potencial brasileiro em produzir alimentos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem como finalidades, conforme Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 com inclusões dadas pela Lei nº 12.512, de 2011:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

Em síntese, dentre as suas finalidades basilares, destaca-se o incentivo a agricultura familiar e a promoção do acesso à alimentação adequada e saudável, beneficiando assim tantos os produtores quanto os consumidores. Para tanto, dispõe de seis modalidades<sup>1</sup> com redações dadas pelo Decreto nº 8.293, de 2014 e pelo Decreto nº 9.214, de 2017.

---

<sup>1</sup> Dentre essas modalidades, as compras institucionais obtiveram uma baixa adesão das instituições, ganhando perspectivas de maior operacionalização por meio do Decreto nº 8.473/2015 que estabelece que percentual mínimo de 30% dos recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades deverão ser adquiridos dos agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

I - **Compra com Doação Simultânea** - compra de alimentos diversos e doação simultânea às unidades receptoras e, nas hipóteses definidas pelo GGPAA, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; II - **Compra Direta** - compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços; III - **Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite** - compra de leite que, após ser beneficiado, é doado às unidades receptoras e, nas hipóteses definidas pelo GGPAA, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; IV - **Apoio à Formação de Estoques** - apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público; V - **Compra Institucional** - compra da agricultura familiar, por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de gêneros alimentícios ou de materiais propagativos, por parte de órgão comprador e, nas hipóteses definidas pelo GGPAA, para doação aos beneficiários consumidores; e VI - **Aquisição de Sementes** - compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores. (grifos nossos)

Com a operacionalização dessas modalidades, além de contribuir para a formação de estoques de alimentos oriundos da agricultura familiar o PAA promove o abastecimento alimentar; fortalece circuitos e redes de comercialização, estimulando o cooperativismo e o associativismo; e valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivando hábitos alimentares saudáveis. Destaca-se que o abastecimento alimentar ocorre por meio de compras governamentais de alimentos produzidos pela agricultura familiar, destinando-os às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional que são atendidas pela rede pública e filantrópica de ensino<sup>2</sup>, pela rede socioassistencial ou por outros equipamentos públicos específicos (MDA, 2012). Assim, o PAA possui mecanismos que favorecem a comercialização dos produtos, diferente do PRONAF que, de maneira ampla, objetivava fortalecer a produção, gerando emprego e renda e contribuindo para reduzir as desigualdades sociais (OLIVEIRA, 2018, p.11).

---

<sup>2</sup> O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) apresenta uma forte interlocução com o PAA. A Lei nº 11.947/2009, estabeleceu em seu art. 2º "o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos" como umas das diretrizes da alimentação escolar.



## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com suas finalidades, este estudo se classifica como sendo exploratório-descritivo (GIL, 2002); e de acordo com a natureza dos dados como uma pesquisa quantitativa (FREITAS; JABBOUR, 2011) caracterizada pela quantificação tanto na modalidade de coleta de informações tanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Adota como estratégia de pesquisa o estudo de caso. (YIN, 2015).

Trata-se ainda de uma pesquisa bibliométrica (SPINAK, 1998, p.142) a fim de analisar a produção intelectual sobre Programa de Aquisição de Alimentos nos Pós-Graduação brasileiros na área das Ciências Sociais Aplicadas. Assim utiliza-se como unidades de análises as dissertações de mestrado e teses de dissertação publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 2013 a 2018. Esse recorte temporal justifica-se por tratar-se de um período com maior concentração de trabalhos produzidos sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, cujas pesquisas foram realizadas a partir da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, em vigência, que regulamenta o PAA e dá outras providências.

Os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas, a saber: 1) Coleta da produção científica; 2) Tratamento bibliométrico dos dados; e 3) Análise dos Dados. Na primeira etapa, realizou-se uma pesquisa exploratória no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, buscando as dissertações e teses publicadas sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. Para tanto, utilizou-se como filtro o termo "Programa de Aquisição de Alimentos" resultando em 226 trabalhos publicados no período de 2007-2018. Ressalta-se que a coleta foi realizada em janeiro de 2019.

Considerando que o objetivo da pesquisa é analisar a produção no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas no período de 2013 a 2018 realizou-se um refinamento da pesquisa com a inserção de mais dois filtros "Ciências Sociais Aplicadas" e selecionando os anos de 2013 a 2018, resultando em 43 (quarenta e três) trabalhos de conclusão de cursos de Pós-Graduação que compõe o universo dessa pesquisa. Foi criado um banco de arquivos com 43 (quarenta e três) trabalhos, procedendo-se a leitura e tratamento bibliométrico.

O tratamento bibliométrico, realizado na segunda etapa, foi realizado levando em consideração os seguintes elementos: 1) Elementos de Identificação: título, ano de

publicação, palavras-chave, instituição de ensino, programas de Pós-Graduação, orientador; área de avaliação da capes e área básica; 2) Elementos Espaciais: esfera de governo, regiões brasileiras, cidade e estado onde foi realizada a pesquisa; 3) Elementos Textuais: palavras-chaves, objetivos, modalidade de compra; e 4) Elementos Metodológicos: tipo de pesquisa por finalidade e natureza; técnicas e instrumentos de coleta de dados. Os dados coletados foram organizados em planilhas do com o auxílio aplicativo Microsoft Office Excel®, constituindo a base de dados utilizada na pesquisa.

Na terceira etapa – Análise dos Dados – foi realizada análise descritiva estatística básica da maioria dos dados coletados com o auxílio aplicativo Microsoft Office Excel®. Os dados foram tabulados em frequência simples e absoluta, de modo a permitir apresentação de informações claras e objetivas; e alguns expressos em gráficos. Ressalta-se que para análise dos objetivos foram criadas categorias a partir da finalidade dos estudos, de modo que os trabalhos puderam ser agrupados em 6 categorias: 1) trabalhos que analisam a viabilidade da implementação do PAA; 2) trabalhos que analisam/avaliam o processo de implementação do PAA; 3) trabalhos que analisam/avaliam os resultados e/ou impactos gerados pelo PAA; 4) trabalhos que analisam/avaliam o processo de implementação e os resultados e/ou impactos gerados pelo PAA; 5) trabalhos de caráter propositivo no âmbito do PAA; e 6) trabalhos que tratam o PAA de modo transversal. Já as palavras-chaves também foram categorizadas, permitindo auferir a incidência dos principais assuntos abordados nas palavras-chaves utilizadas na Produção Intelectual sobre Programa de Aquisição de Alimentos em Programa de Pós-Graduação Brasileiros (2007-2018). As palavras-chaves foram agrupadas em 11 categorias: Políticas Públicas, Estado, Sociedade, Instituições, Gestão, Espaços, Atividade, Aspectos Legais, Produção, Comercialização, Desenvolvimentos e Sustentabilidade.

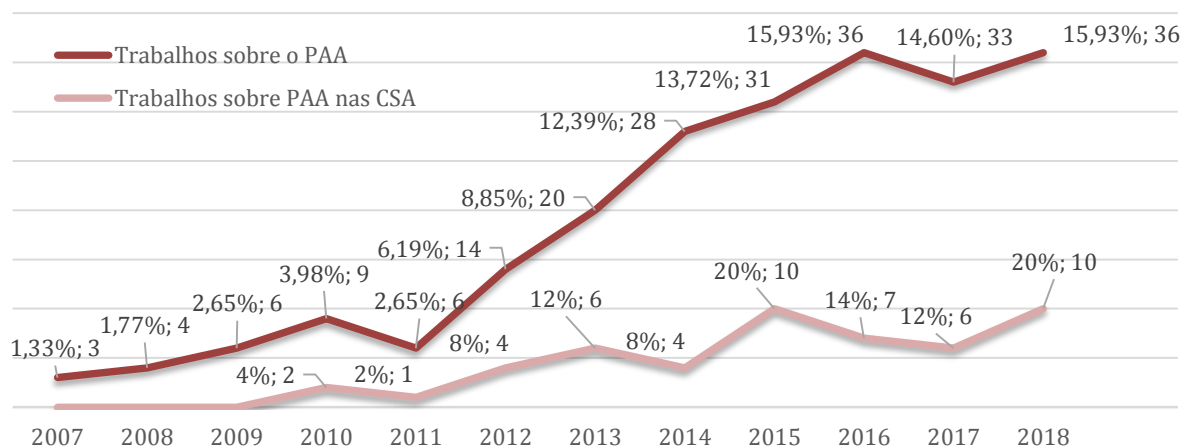
Por fim, a partir desses procedimentos foi possível realizar a interpretação de dados alcançando assim o objetivo dessa pesquisa em analisar a produção intelectual sobre Programa de Aquisição de Alimentos nos programas de Pós-Graduação brasileiros na área das Ciências Sociais Aplicadas. Para melhor sistematizar a apresentação dos resultados, o capítulo seguinte apresentará um panorama dessa produção intelectual abordando os seguintes aspectos: a) Trabalhos sobre o PAA por áreas de conhecimento; b) Regiões, Universidades e Programas de Pós-Graduação; c)

Objetivos e Palavras-Chaves; d) Modalidades do PAA; e e) Procedimentos Metodológicos dos Trabalhos.

## 4 PANORAMA DA PRODUÇÃO INTELECTUAL SOBRE PAA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIROS NA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem sido estudado nos programas de Pós-Graduação brasileiros, especialmente, por meio de dissertações de mestrado e tese de doutorado publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nos últimos treze anos (2007-2018) foram produzidos um total de 226 trabalhos, sendo 33 em nível de doutorado e 193 em nível de mestrado a acadêmico (156) e profissional (37). Essa produção apresentou um crescimento gradual mais evidente a partir de 2012 atingindo um pico em 2016 e 2018, com 36 trabalhos conforme mostra o Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Produção Intelectual sobre Programa de Aquisição de Alimentos nos Programas de Pós-Graduação Brasileiros (2007-2018).



**Fonte:** Elaboração própria baseado em dados coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em 2019.

Tem-se ainda que no período de 2013 a 2018 concentrou-se um maior número de trabalhos produzidos sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, com 184 trabalhos correspondendo a 81,42%. Esses dados revelam que mesmo que o PAA tendo sido instituído em 2003 pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, ele ganhou mais destaque na comunidade acadêmica a partir da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, em vigência, que regulamenta o PAA e dá outras providências.

De todos os trabalhos sobre o Programa de Aquisição de Alimentos publicados Catálogo de Teses e Dissertações (2007-2018), tem que 22,12% encontram-se delineados na grande área das Ciências Sociais Aplicadas que integra o Colégio das Humanidades de acordo com critérios da CAPES. De modo que a área das Ciências Sociais Aplicadas ocupa o terceiro lugar entre as áreas que mais publicam sobre o referido programa, ficando atrás da área multidisciplinar (31,42%) e das ciências humanas (24,34%). No entanto, registra-se ainda trabalhos em Ciências Agrárias (13,72%); Ciências da Saúde (5,75%) e nas Engenharias (2,65%).

Na grande área das Ciências Sociais Aplicadas – que possui 7 (sete) áreas de conhecimento, a saber: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; Arquitetura, Urbanismo e Design; Ciência da Informação; Direito; Economia; Planejamento Urbano e Regional / Demografia; e Serviço Social. (CAPES, 2020) – no período de 2013 a 2018, a produção intelectual sobre o Programa de Aquisição de Alimentos na Pós-Graduação brasileira contemplou 43 trabalhos publicados entre o período de 2013 a 2018 (que constituem a amostra desse estudo), sendo destes 31 trabalhos em nível de mestrado acadêmico, 8 de mestrado profissional e 4 de doutorado. Essa produção intelectual encontra-se distribuída em todas as cinco regiões brasileiras, com destaque para as regiões sul, sudeste e nordeste, expressas na ilustração 1.

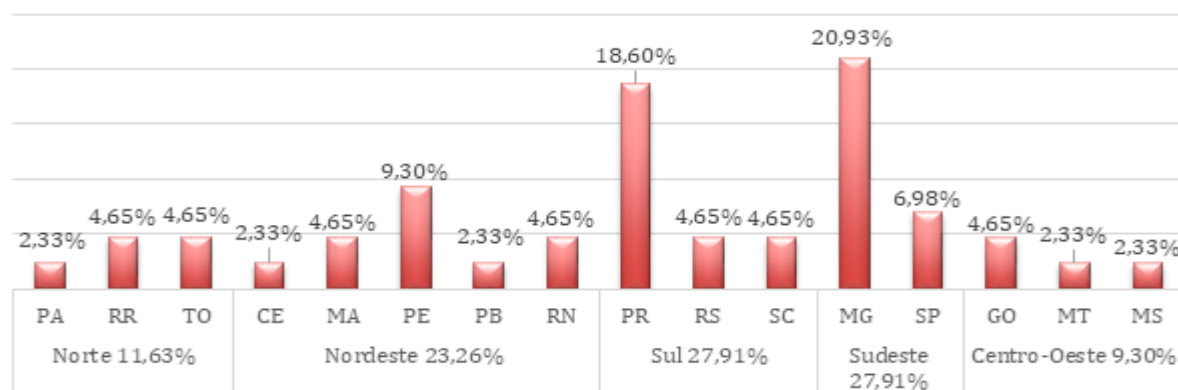
**Ilustração 1:** Distribuição Regional da Produção Intelectual sobre Programa de Aquisição de Alimentos nos Programas de Pós-Graduação Brasileiros em Ciências Sociais Aplicadas (2013-2018).



**Fonte:** Elaboração própria baseado em dados coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em 2019.

Essas regiões juntas, totalizam 79,08% dos trabalhos sobre o PAA produzido no âmbito de programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas no período de 2013 a 2018, como pode ser observado no Gráfico 2.

**Gráfico 2:** Produção Intelectual sobre Programa de Aquisição de Alimentos nos Programas de Pós-Graduação Brasileiros em Ciências Sociais Aplicadas, por estados e regiões brasileiras (2013-2018).



**Fonte:** Elaboração própria baseado em dados coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em 2019.

Dessa forma, a publicação de trabalhos de Pós-Graduação sobre o PAA está distribuída em diversas universidades ao longo do território brasileiro, e seus respectivos programas de Pós-Graduação, conforme observa-se na Tabela 1.

**Tabela 1:** Instituições de Ensino Superior e seus Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas com produção intelectual sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (2013-2018).

Instituição de Ensino Superior (IES)	Programa de Pós-Graduação	Nº Trab.	%
Faculdades Alves Faria	Desenvolvimento Regional	1	2,33%
Faculdades Integradas de Taquara	Desenvolvimento Regional	1	2,33%
Fundação Getúlio Vargas - SP	Administração Pública e Governo	2	4,65%
Pontifícia Universidade Católica - Goiás	Desenv. e Planejamento Territorial	1	2,33%
Universidade do Estado de Santa Catarina	Administração	1	2,33%
Universidade do Oeste de Santa Catarina	Administração	1	2,33%
Universidade Estadual da Paraíba	Desenvolvimento Regional	1	2,33%
Universidade Estadual do Maranhão	Desenv. Socioespacial e Regional	1	2,33%
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Administração	3	6,98%
Universidade Federal da Grande Dourados	Administração Pública	1	2,33%
Universidade Federal de Lavras	Administração Pública	1	2,33%
Universidade Federal de Roraima	Desenv. Regional da Amazônia	2	4,65%
Universidade Federal de Santa Cruz do Sul	Desenvolvimento Regional	1	2,33%
Universidade Federal de São Carlos	Gestão de Org. e Sistemas Públicos	1	2,33%
Universidade Federal de Uberlândia	Economia	1	2,33%

Universidade Federal de Viçosa	Economia (1); Economia Doméstica (2); Administração (4)	7	16,28%
Universidade Federal do Ceará	Economia rural	1	2,33%
Universidade Federal do Maranhão	Políticas Públicas	1	2,33%
Universidade Federal do Mato Grosso	Política Social	1	2,33%
Universidade Federal do Pará	Economia	1	2,33%
Universidade Federal do Paraná	Direito; Contabilidade	2	4,65%
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Gestão Pública; Estudos Urbanos e Regionais	2	4,65%
Universidade Federal do Tocantins	Desenvolvimento Regional	2	4,65%
Universidade Federal Rural de Pernambuco	Consumo, Cotidiano e Desenv. Social (1) Administração e Desenv. Rural (3)	4	9,30%
Universidade Federal Tecnológica do Paraná	Desenvolvimento regional	3	6,98%
<b>Total</b>		<b>43</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria baseado em dados coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em 2019.

Destaca-se que a maior quantidade de publicação de trabalhos está concentrada na Universidade Federal de Viçosa, estado de Minas Gerais, com 7. Em seguida, vem a Universidade Federal Rural de Pernambuco, com 4 trabalhos publicados e, por fim, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná possui 3 trabalhos. As demais universidades apresentaram valores equivalentes a 2 e 1 trabalhos publicados.

Nesse âmbito, observa-se ainda na Tabela 2 que os trabalhos publicados foram defendidos nos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, nas seguintes áreas de avaliação da CAPES:

**Tabela 2:** Produção Intelectual sobre Programa de Aquisição de Alimentos nos Programas de Pós-Graduação Brasileiros em Ciências Sociais Aplicadas, por regiões e áreas de avaliação da Capes (2013-2018).

ÁREAS DE AVALIAÇÃO	Nº Trab.	%	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-oeste
Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	19	44,18%	0 %	21,05%	31,58%	42,11%	5,26%
Direito	1	2,33%	0 %	0 %	0 %	0 %	100%
Economia	4	9,30%	25%	25%	0%	50 %	0%
Planejamento urbano e regional / demografia	14	32,56%	28,57%	21,43%	35,71%	0 %	14,29%
Serviço social	5	11,63%	0 %	40%	0 %	40 %	20%
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>100 %</b>	-	-	-	-	-

**Fonte:** Elaboração própria baseado em dados coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em 2019.

Esses dados revelam que nas Ciências Sociais Aplicadas o PAA têm sido objeto de investigação maiormente em programas de Pós-Graduação da área de “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”, sendo que

destes, 57,89% foram trabalhos realizados no âmbito de programas que possuem como área básica a administração<sup>3</sup>, 36,84% a administração pública, e apenas 5,26% as ciências contábeis. Isso porque as políticas públicas têm sido historicamente pesquisadas nos programas de administração, enquanto área de concentração ou linhas de pesquisas; e mais especificamente nos programas de administração pública que se constitui como campo de conhecimento ainda em consolidação.

Merece destaque ainda os programas de Pós-Graduação da área Planejamento Urbano e Regional/Demografia que se configura como sendo a segunda área que mais desenvolve pesquisas sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. Trata-se de uma área que vem passando por um processo de expansão e desconcentração regional, de tal modo que apresenta estudos sobre o PAA em programas localizados nas regiões nordeste, sul, centro-oeste e norte. Os programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da região norte têm sido responsáveis pela maior porcentagem de estudos sobre o PAA comparado aos demais programas das outras áreas de avaliação.

Destaca-se que o PAA vem sendo pesquisado nas Ciências Sociais Aplicadas em programas em todas as regiões brasileiras. No entanto, ao analisar as áreas de avaliação tem-se que os programas de algumas áreas não realizaram no período investigado estudos e pesquisas em algumas regiões que resultaram em dissertações de mestrado e teses de doutorado. A exemplo, cita-se a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo que embora comporte 14 programas de Pós-Graduação em funcionamento na região norte, de acordo com dados da Capes (2020) não há no período investigado nenhum estudo sobre o PAA. Por outro lado, mesmo possuindo 98 programas de Pós-Graduação em funcionamento na região sudeste, o percentual de 42,11% da produção foi resultado de apenas 4 programas de Pós-Graduação.

Em contraponto a área Planejamento Urbano e Regional/Demografia, que possui 06 programas em funcionamento na região norte e se configura com a área que mais tem desenvolvido trabalhos sobre o PAA na referida região; mas ao mesmo tempo

---

<sup>3</sup> Registra-se que o Programa de Administração Pública e Governo da FGV-SP embora tenha o foco na administração pública, encontra-se registrado na CAPES na área básica de administração.

essa área possui 21 programas de Pós-Graduação (em funcionamento) na região sudeste sem nenhum trabalho realizado sobre o PAA no período investigado.

Esse resultado traz indícios de que a área de conhecimento em si, a quantidade de programas localizados numa determinada região ou até mesmo a existência de experiências de implementação do PAA nessas regiões não se configura como um fator determinante na escolha do PAA como objeto de pesquisa na Pós-Graduação, estando possivelmente mais relacionada aos interesses dos estudantes. Do mesmo modo não há indícios de que a escolha seja motivada pelas linhas de pesquisa do programa ou do professor, com exceção das publicações no Programa de Administração da UFV, do Programa de Economia Doméstica da UFV e do Programa de Administração e Desenvolvimento Rural da UFRPE, nos quais verificou-se mais de um trabalho orientado pelo mesmo professor.

A distribuição de trabalhos sobre o PAA em todas as regiões brasileiras mostra-se como um fator positivo haja vista que, no geral, esses trabalhos investigaram implementação ou os resultados do PAA a partir das experiências nos estados em que se localizam os programas de Pós-Graduação. Dessa forma, tem-se análises da execução do PAA em todas as regiões brasileiras, mesmo que sejam raros os estudos comparativos. Todavia, os indícios de não consolidação de linhas de pesquisa que abordem o PAA nos programas de Pós-Graduação se mostram preocupantes, pois limita a realização de estudos comparativos ao longo do tempo.

Quanto aos objetivos verificou-se que 76,74% dos trabalhos sobre PAA na área das Ciências Sociais Aplicadas, no período de 2013 a 2018 (33 trabalhos) realizam análises/avaliações desse programa, sendo que 02 analisam a viabilidade de sua implementação das compras institucionais em universidades públicas, 10 analisam/avaliam o processo de implementação do PAA, 18 analisam/avaliam o resultados e/ou impactos gerados pelo PAA e 01 analisa processo de implementação e os resultados e/ou impactos gerados pelo PAA. Tem-se ainda mais dois trabalhos de caráter propositivo, sendo que um propõe um modelo para a avaliação do PAA e o outro o desenvolvimento de um sistema de informação gerencial (SIG) para apoiar associações de agricultores familiares que participam do programa.

Faz-se importante destacar que os trabalhos que analisam/avaliam o processo de implementação e/ou resultados e/ou impactos gerados pelo PAA ressaltam as



contribuições reais e potenciais do programa para o desenvolvimento por meio da geração de implicações e mudanças socioeconômicas na vida dos agricultores familiares, tais como melhoria da renda e nível emprego para o fortalecimento do capital social; para a qualidade de vida dos agricultores; para o fortalecimento, sustentabilidade e reprodução social da agricultura familiar; para o empoderamento das famílias; e outros efeitos socioeconômicos e ambientais. Embora a maioria dos trabalhos enfoquem o fortalecimento da agricultura familiar e de suas redes de comercialização, como um dos principais resultados gerados pelo PAA, destaca-se a realização de estudos que analisam na perspectiva da sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional.

As análises realizadas tratam ainda dos motivos para a implementação, das formas de interação entre as três esferas do governo, do papel das cooperativas, das contribuições de uma governança territorial. Analisam também o processo de estruturação do mercado apresentando as práticas construídas e dinâmicas desenvolvidas pelos agricultores que contribuíram para o aumento da produtividade e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Os outros 23,26% trabalhos (10) embora não tratem especificamente do PAA em seus objetivos principais, revelam as interfaces do programa com outras ações e políticas públicas capazes de fomentar o desenvolvimento territorial sustentável. Ademais, esses trabalhos evidenciam que o PAA se relaciona com processos mais amplos do que seus objetivos, como por exemplo, no papel e nas funções da mulher na produção agrícola, nos projetos de vida da juventude rural, na manutenção das propriedades rurais e de organizações familiares em espaços de reordenamento fundiário, na comercialização de produtos de pequenas cooperativas e de empreendimentos econômicos solidários.

No geral, tem-se que o Programa de Aquisição de Alimentos vem sendo estudado de forma mais incisiva enquanto uma política pública diretamente relacionada a produção e comercialização de alimentos oriundos da agricultura familiar, conforme aponta a incidência das palavras-chaves utilizadas nos trabalhos analisados expressas no Quadro 1.

**Quadro 1:** Incidência dos principais assuntos abordados nas palavras-chaves utilizadas na Produção Intelectual sobre Programa de Aquisição de Alimentos nos Programa de Pós-Graduação Brasileiros em Ciências Sociais Aplicadas. (2013-2018).

Categories	Principais assuntos abordados nas palavras-chaves	Incidência	Total
Política Pública	Programa Aquisição de Alimentos	23	62
	Política Pública e Política Governamental	22	
	Implementação e Avaliação de Política Pública	7	
	Política de Segurança Alimentar e Nutricional Alimentos: Abastecimento e Consumo	7	
	Programas Sociais, Programa Nacional de Alimentação Escolar e PRONAF	3	
Estado	Relação Intergovernamental, Federalismo, transferências governamentais	4	4
Sociedade	Mobilização, articulação e movimentos sociais. Capital Social e Poder. Desigualdade de gênero. Sociedade do consumo	9	14
	Comunidades e Grupos Sociais: Indígena, Juventude Rural, Trabalhadores Rurais	4	
	Projetos de Vida e qualidade de vida	2	
Instituições	Cooperativas, Cooperativas Agrícolas e Cooperativismo	4	7
	Micro e Pequenas Empresas e Pequeno produtor	2	
	Empreendimentos econômico solidários	1	
Gestão	Práticas de controle e prestação de contas, Sistema de informação gerencial, contabilidade, investimento, tomada de decisão e tecnologia	5	5
Espaços	Território da Cidadania e Terras Indígenas	2	5
	Assentamentos rurais de reforma agrária e bairros rurais	3	
Atividades	Agricultura familiar	26	27
	Apicultura	1	
Aspectos Legais	Lei Geral e Previdência Social Rural	2	2
Produção	Diversificação produtiva e pluriatividade	2	2
Comercialização	Comercialização, Mercado Institucional, Compra com Doação Simultânea, Compra Institucional	6	6
Desenvolvimentos e Sustentabilidade	Sustentabilidade e meio ambiente	4	10
	Desenvolvimento local, territorial e sustentável	6	

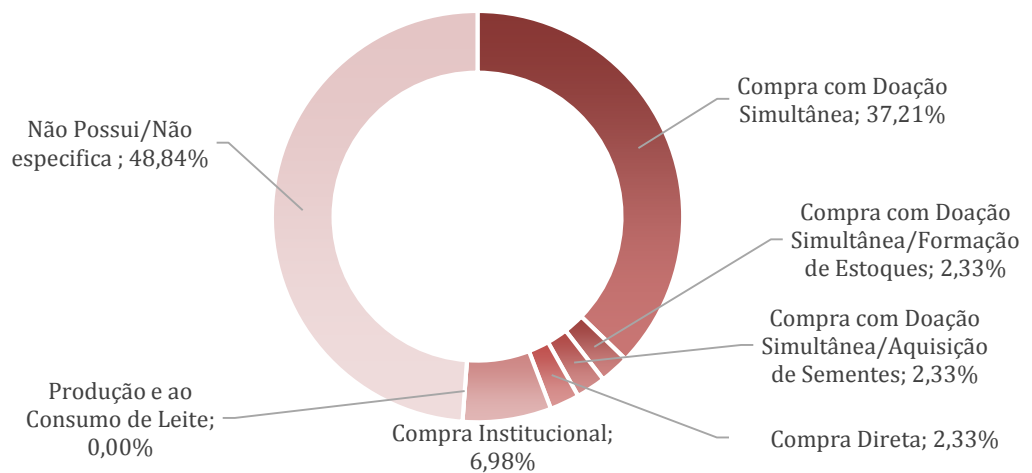
Fonte: Elaboração própria baseado em dados coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em 2019.

No entanto, é possível verificar que embora a comercialização de alimentos oriundos da agricultura familiar seja um dos principais aspectos abordados, as investigações sobre o PAA transcendem esse aspecto, e incluindo suas contribuições para a segurança alimentar e nutricional em conformidade com os objetivos da **política**. Ademais, evidencia-se que os estudos realizados abordam temas diversos que envolvem Estado, Sociedade, Instituições, Gestão, Espaços, Atividades, Aspectos Legais, Produção, Comercialização, Desenvolvimentos e Sustentabilidade.

Nesse escopo, destacam-se os trabalhos que analisam o PAA na perspectiva social, como as contribuições reais ou potenciais do programa para melhoria da qualidade de vida de comunidades e grupos sociais específicos (indígenas, juventude rural e trabalhadores rurais) que ocupam espaços territoriais distintos como assentamentos rurais de reforma agrária, bairros rurais, território da cidadania e terras indígenas. Revela-se assim que a implementação do PAA permite o desenvolvimento de ações que convergem para a segurança alimentar, a inclusão social, a redução da pobreza e emancipação dos indivíduos e dos territórios rurais. Denotando assim a importância da articulação do PAA com outras políticas estruturais e emergenciais para o enfrentamento dos desafios da sociedade contemporânea, em quaisquer de suas modalidades;

Quanto as modalidades do PAA têm-se que a maioria dos trabalhos, 41,87%, estudaram a modalidade de compra por doação simultânea, sendo que um desses trabalhos também analisaram simultaneamente a modalidade de formação de estoques e outro de aquisição de sementes. Apenas 6,98% estudaram a modalidade de compras institucionais, 2,33% estudou a modalidade de Compra Direta e nenhum estudo analisou a modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite. Note-se ainda que 48,84% não abordaram nenhuma modalidade do PAA.

**Gráfico 2:** Produção Intelectual sobre Programa de Aquisição de Alimentos nos Programas de Pós-Graduação Brasileiros em Ciências Sociais Aplicadas, por estados e regiões brasileiras (2013-2018).



**Fonte:** Elaboração própria baseado em dados coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em 2019.

A predominância de trabalhos sobre a modalidade de doação simultânea pode ser explicada, dentre outros fatores, por ser uma das modalidades previstas desde a criação do PAA em 2003 sendo, portanto, uma das modalidades do programa mais implantadas e estimuladas no país. Essa condição permite a realização de estudos que possam analisar sua implementação e avaliar os seus resultados.

Por outro lado, tem-se que a modalidade de compra institucional foi instituída pelo Decreto nº 7775 em 2012, tornando obrigatória para as instituições federais em 2015, por meio do Decreto nº 8473. Assim, no período analisado constatou-se apenas três trabalhos nessa modalidade (6,98%), sendo dois que analisam o processo de implementação em universidades federais e um que realizou uma análise de viabilidade de implementação também numa universidade.

Outro aspecto relevante para a análise do panorama da produção intelectual refere-se aos procedimentos metodológicos utilizados. Quanto a abrangência das pesquisas tem-se que 74,42% dos trabalhos analisam o PAA numa perspectiva municipal, ou sejam analisa a implementação ou os resultados do PAA a partir de experiências em municípios brasileiros; ou em espaços territoriais específicos, como por exemplo territórios da cidadania, assentamentos rurais, terras indígenas e bairros rurais; ou ainda em organizações como associações e cooperativas.

Numa menor proporção apresentam análises numa perspectiva estadual (13,95%), que no geral, apresentam análises dos resultados do PAA em estados, como por exemplo nos estados do Ceará, Roraima, Rio Grande do Sul e Paraná. E ainda 9,30% tratam-se de pesquisas com abrangência federal, como os estudos que analisaram a implementação da modalidade de compras institucionais em universidades federais. Ademais, todos os trabalhos publicados foram derivados de pesquisas empíricas, nas quais buscou-se dados e informações relevantes de experiências concretas.

Quanto aos objetivos, 37,21% das pesquisas realizadas se classificam como pesquisas descritivas, 30,23% como exploratória-descritivas e 32,56% como exploratórias. Não tendo sido realizada nenhuma pesquisa de natureza explicativa, nem mesmo nas teses de doutorado. Se por um lado esse achado revela que o estudos e pesquisas sobre o PAA ainda se encontram em estágios embrionários, em que se pese o tempo da instalação do referido programa; por outro lado demonstra que ainda há

muito a se conhecer, especialmente considerando as especificidades contextuais e territoriais onde o programa está sendo aplicado.

Tem-se ainda que a natureza da pesquisa qualitativa-quantitativa foi a mais aplicada, com um percentual de 51,16% do total dos trabalhos. Em seguida, a natureza qualitativa, aplicada isoladamente, esteve presente em 39,53% dos trabalhos. A natureza apenas quantitativa foi a menos utilizada, com representatividade de 9,30% da quantidade total de trabalhos.

Se somados as pesquisas qualitativa-quantitativa com as qualitativas tem-se uma quantidade representativa (90,69%) de estudos que utilizaram dados e métodos de análises qualitativos sejam de modo individual ou combinado com dados quantitativos. Essa predominância qualitativa pode ser explicada pela finalidade dos estudos que buscam analisar, avaliar e compreender o processo de implantação do PAA e seus resultados em realidades específicas e particulares, a partir de experiências em municípios brasileiros; ou em espaços territoriais singulares. Para tanto, tem-se 88,37% dos trabalhos realizaram entrevistas, sendo ela estruturada ou semiestruturada.

Além da entrevista, foram utilizadas as seguintes técnicas de coletas de dados: Observação (20,93%) participante ou não participante; Pesquisa Bibliográfica (44,19%); Pesquisa Documental (25,58%); Dados Secundários (23,26%) e Grupo Focal (2,33%). Chama-se atenção para o uso de técnicas de dados combinadas. A maioria dos trabalhos (72,09%) utilizaram mais de uma técnica de coleta de dados, e apenas 27,91% afirmaram utilizar mais de uma técnica, sendo que destes, 16,67% citaram que utilizaram apenas a coleta de dados secundários, o que corresponde a 02 trabalhos, e dos demais realizaram entrevistas.

Mas, se somados as pesquisas qualitativa-quantitativa com as quantitativas tem-se o percentual de 60,46% de pesquisas que utilizaram dados e métodos de análises quantitativos, que não podem ser desconsiderados. A quantidade de pesquisas que utilizam métodos quantitativos como suporte as pesquisas qualitativas, ou vice-versa, demonstram a tentativa de sistematizar estatisticamente informações acerca do programa, por meio da aplicação de questionários de pesquisas. Tem-se que 62,79% das pesquisas aplicaram questionários para compreender melhor o funcionamento do PAA.

O uso de métodos de pesquisa mistos mostra-se como favorável e até mesmo desejável para entender uma realidade tão complexa e multifacetada como a execução do Programa de Aquisição de Alimentos, em seus processos e efeitos, visto que permite a identificação de convergências e divergências entre os dados e informações coletados, conduzindo assim para resultados que se complementam entre si.

Em síntese, essa pesquisa constata que a Ciências Sociais Aplicadas ocupa o terceiro lugar entre as grandes áreas que mais publicam sobre o PAA, apresentando uma produção distribuída em todas as cinco regiões brasileiras, especialmente por meio de programas de Pós-Graduação das áreas de “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo” e “Planejamento Urbano e Regional/Demografia”. Evidencia-se uma predominância de trabalhos empíricos e descritivos que relatam experiências em municípios ou em territórios específicos para analisar/avaliar a implementação do PAA e seus resultados, com foco nas suas contribuições para o desenvolvimento regional por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A partir do panorama apresentado a primeira consideração a ser feita, é que a produção intelectual sobre o Programa de Aquisição de Alimentos nos programas de Pós-Graduação nas ciências sociais aplicadas ainda se encontra em estágio embrionário, quando comparado as outras áreas de conhecimento. No entanto, essa realidade aponta para um leque de possibilidades de estudos e pesquisas que podem ser desenvolvidos em todas as áreas de conhecimento das ciências sociais aplicadas para além da “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo” e da área de “Planejamento Urbano e Regional/Demografia”, dada as interfaces e a transversalidade dessa temática.

O Programa de Aquisição de Alimentos vem sendo estudado de forma mais incisiva relacionado a produção e comercialização de alimentos oriundos da agricultura familiar, bem como enfocando as suas contribuições para o desenvolvimento regional, ainda havendo lacunas a serem preenchidas com estudos que versem sobre segurança alimentar, a inclusão social, a redução da pobreza, emancipação dos indivíduos e dos territórios rurais. E ainda sobre outros aspectos que envolvem o direito, a economia, as ciências contábeis, o serviço social e o turismo, dentre outras áreas de conhecimento.

Tem-se que a maioria dos estudos investigados analisam ou avaliam o processo de implementação do PAA e seus resultados, no entanto essas pesquisas tratam de realidades em territórios e municípios específicos com baixa comparabilidade. Assim, a realização de estudos de casos múltiplos e longitudinais, mostram-se como promissor pois permitiria simultaneamente o acompanhamento da política em dados territórios, nas regiões e no país como um todo. Para tanto, consórcios doutorais, mobilidade nacional, formação de redes de cooperação científica entre pesquisadores de programas de Pós-Graduação da mesma universidade e de universidades diferentes; bem como o estímulo ao fortalecimento de linhas de pesquisa são possíveis estratégias a serem fomentadas para a expansão de estudos sobre o PAA no país e sua melhor distribuição regional.

Apesar dos resultados apontarem para a necessidade de estudos e pesquisas em escala estadual e nacional, ressalta-se a relevância dos estudos realizados de abrangência municipal, e especialmente em espaços territoriais específicos, como por exemplo territórios da cidadania, assentamentos rurais, terras indígenas e bairros rurais; ou ainda em organizações como associações e cooperativas para a geração de dados e informações relevantes e concretos dessas experiências. Esses dados possuem potencial de contribuir na reestruturação marginal de aspectos práticos e específicos do PAA para esses segmentos, como também em contribuir no desenvolvimento de propostas que venham corrigir eventuais falhas das ações públicas implementadas. Nesse sentido, destaca-se o esforço dos pesquisadores na realização de estudos empíricos. A predominância de trabalhos empíricos reflete-se na adoção pelos pesquisadores de uma perspectiva analítica do PAA, de modo que o processo de implementação e o desempenho da política pública (seus resultados) são examinados permitindo conhecer melhor o estado da política em diferentes cenários, bem como inferir sobre sua capacidade de alcançar os seus objetivos.

Além disso, verificou-se que pesquisa descritiva é, juntamente com a pesquisa exploratória, a mais realizada nas pesquisas sobre o PAA, o que pode ser explicado para preocupação dos pesquisadores com a atuação prática dessa política. Em que se pesem a importância desse tipo de estudo para conhecer e levantar dados que descreva como está ocorrendo a execução do PAA, poucos foram os estudos que apontaram ações para alterar essa situação mesmo quando adotada uma perspectiva

analítica; e nenhum dos estudos adotou uma abordagem explicativa, não enfocando as razões e os fatores pelos quais determinadas situações ocorrem ou não ocorrem. Nesse sentido, sugere-se a realização estudos que analisem outras modalidades do PAA para além da modalidade de doação simultânea, inclusive para entender as razões que levam a baixa adesão as demais modalidades, em especial a compra institucional. A execução do PAA via modalidade de compra institucional requer estudos que possam analisar os seus processos e apontar caminhos para a superação dos desafios de implementação.

Por fim, faz-se importante reconhecer as limitações dessa pesquisa, especialmente diante da escolha em estudar apenas os trabalhos publicados no Catálogo de Teses e Dissertações, requerendo estudos complementares em periódicos nacionais de modo a ter uma compreensão mais ampla das produções sobre o PAA ao longo do tempo, bem como a incorporação de outros critérios bibliométricos ou ainda de outros métodos de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BNDS. Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>.

Acesso em: 15 abr.2020.

BRASIL. **Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996**. Brasília, DF, 28 jun. 1996.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm). Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015**. Brasília, DF. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm).

Acesso em: 16 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Brasília, DF, Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm). Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Balanco de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 2003 a 2010**. Disponível em:

[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/documentos/BALANCO%20DE%20AVALIACAO%20GRUPO%20GESTOR%20DO%20PAA%20versao%2024-02-11.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/documentos/BALANCO%20DE%20AVALIACAO%20GRUPO%20GESTOR%20DO%20PAA%20versao%2024-02-11.pdf).

Acesso em: 14 abr. 2020.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 06 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **PAA Data**. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/pg\\_principal.php?url=abertura](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura). Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **PAA**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>. Acesso em: 06 nov. 2018.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em 09 abr. 2020.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul. 2008.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da ação pública**. Maceió: EdUFAL, 2012.

MENY, Yves; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 1992

OLIVEIRA, Luciana de Medeiros. **Avaliação do processo de implantação do Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade compra institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVEIRA, Miguel Angelo da; FERRAZ, José Maria Gusman. Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas. In: Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar, **Anais [...]**. São Luiz Gonzaga: Uergs, 2005. p. 1436-1440.

SUBIRATS, Joan *et al.* **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 2008.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.